
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

AFRÂNIO COUTINHO: UM WORK IN PROGRESS

Odalice de Castro Silva (UFC)
ocastroesilva@gmail.com

RESUMO: Este trabalho pretende destacar algumas das grandes contribuições, para a História e a Crítica de Literatura, de Afrânio Coutinho (1911 – 2000), no que concerne à construção metodológica e epistemológica de *A Literatura no Brasil* (1959), obra iniciada em 1952, a qual difundia, entre os estudiosos, uma visão estética para descrever, analisar e interpretar o fenômeno literário. No âmbito da origem e da tradição, Afrânio Coutinho incentivou a problematização dos estudos de uma identidade para a literatura brasileira, chamada de “processo da descolonização literária”.

PALAVRAS-CHAVES: periodologia; crítica; historiografia literária; estilo.

No dia a dia, no planejamento aula a aula, compreendendo a pesquisa e o ensino de Literatura para os três momentos de formação escolar – fundamental, médio e superior – o que está considerado como História da Literatura, para o primeiro é, em geral, tido como desnecessário e até nocivo, para o segundo, um mal disfarçado em informação para exames vestibulares ou similares e, para o último, uma verdadeira pedra de tropeço. De maneira tal, que há quem pergunte se há ainda alguém que dedique seu tempo a esta disciplina e, se o faz, com que finalidade. Entre a disciplina e sua finalidade, é muito provável que esteja o motivo de discórdia e despreço pela História da Literatura.

No âmbito destas preocupações, destaco a conferência de Jans Robert Jauss, em 13 de abril de 1967, “O que é e com que fim se estuda a História da Literatura”, transformada no livro *A História da literatura como provocação à Teoria Literária* (1994), que apresenta as conhecidas Teses da Estética da Recepção. Este trabalho, examinado por Regina Zilbermann, em *Estética da Recepção e História literária*, é considerado pela estudiosa como “um acontecimento histórico” (2009: 7). Leyla Perrone-Moisés direciona o objetivo de suas investigações, na década de 1980, para a “história literária relida e reescrita pelos escritores-críticos”, discutidas em congressos e enfei-

xadas com os títulos “História Literária e Julgamento de Valor” I e II (1984 e 1987) e “Escolher e/é Julgar” (1982), proporcionando um redimensionamento do debate historiográfico que se estendeu pelas décadas seguintes. Alinham-se a estas discussões trabalhos posteriores, de cunho didático, como *La Littérature en péril* (2007), de Tzvetan Todorov, e *Literatura para quê?* (2009), de Antoine Compagnon, envolvidos com as dificuldades de tornar o estudo do texto literário e de sua historiografia, um campo prazeroso de pesquisa.

Este ensaio pretende apresentar algumas razões para que o nome e a obra de Afrânio Coutinho (1911 – 2000) recebam não apenas uma homenagem, embora por demais merecida, neste primeiro Centenário de seu nascimento, mas sobretudo a atenção devida, pela importância que tem para os estudiosos de Literatura e para aqueles que se interessam por questões ligadas à cultura e à civilização brasileiras, que não sejam afastados das especulações e discussões do âmbito da crítica e da historiografia literária no século XX, no Brasil. Assim, este ensaio dará atenção especial ao tratamento que Afrânio Coutinho concedeu a algumas questões de natureza metodológica e, para este fim, procurarei enfatizar alguns núcleos sobre os quais incidem a inteligência e a didática de suas pesquisas.

Para a primeira etapa das discussões, valho-me de categorias utilizadas por José Luis Jobim (1992: 130-149) para discernir alguns desentendimentos teórico-metodológicos da historiografia literária, tomando como aceitos alguns consensos ou conquistas de inícios do século XX, dentro de debates revisionários da geração de 1870, herdeira de propostas impregnadas ideologicamente dos movimentos do pensamento europeu, notadamente o Positivismo e suas extensões.

Não há necessidade de promover discussão sobre o ponto de vista da geração de historiadores da Literatura no Brasil, os quais deram início à publicação de suas pesquisas na década de 1950, como Antonio Candido ou Afrânio Coutinho em 1952, no mesmo ano, ambos com propostas diferentes. O primeiro publicou *Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos* no formato de monografia, a partir de um método histórico-formal, a fim de contemplar o objeto literário sob dupla perspectiva. Afrânio Coutinho, diante do programa traçado para *A Literatura no Brasil*, optou por dividi-lo com vários colaboradores e esta decisão possibilitou uma partilha teórico-metodológica capaz de concentrar os esforços da empreitada num direcionamento estilístico conjugado a uma consciência histórico-social do fenômeno literário.

O direcionamento estilístico a que me refiro e por demais conhecido dos estudiosos relaciona-se às linhas hermenêuticas do *New Criticism*, de grande fortuna crítica entre críticos de Literatura inclinados às pesquisas da linguagem literária.

Para examinar algumas contribuições de Afrânio Coutinho para a mudança que se operava nas pesquisas de Crítica e de Historiografia literárias no Brasil na década de 1950, não podemos isolá-lo de um contexto em que figuravam nomes como Lúcia Miguel-Pereira, Sérgio Milliet, Augusto Meyer, Otto Maria Carpeaux, sob diferentes orientações ideológico-metodológicas, e que comportavam-se no esforço de problematizar, o que se constituía como heranças das primeiras décadas do século XX, com

efeito nas orientações do biografismo literário, nas leituras de base determinista, entre outras.

É inegável a importância de estudos dedicados aos três grandes historiadores, como Silvio Romero (1851 – 1914), José Veríssimo (1857 – 1916) e Araripe Jr. (1848 – 1914), ou seja, *O Método Crítico de Silvio Romero* (1948), por Antonio Candido, *A Tradição do Impasse* (1974), por João Alexandre Barbosa, a respeito de José Veríssimo e, por último, *A teoria Literária na obra crítica de Araripe Jr.* (1974), por Pedro Paulo Montenegro.

Os trabalhos acima citados promovem uma necessária revisão, dentro das coordenadas oferecidas pelas orientações linguísticas, isto é, formalistas e também sociológicas e filosóficas do fenômeno literário, examinado, então, tanto por óticas específicas, como a do primeiro e a do segundo formalismo, como pelas implicações marxistas e existencialistas que, oriundas da Europa, se estendiam pelas Américas e se tornavam referências teóricas no Brasil, alcançando os estudos desenvolvidos nos Cursos de Letras e nos Programas de Pós-Graduação que começavam a se formar.

Em fins da década de 1950, o conceito de Literatura já não ocupava o centro das pesquisas; mais preocupante seria a construção de estratégias teorizadoras para um objeto já formulado. Tratava-se, a partir do discernimento de um discurso que se movimentava entre constituir-se como diferente daquele do uso comum, mas mantinha com ele inequívoca proximidade, apresentá-lo em sua ambígua forma, a fim de relacioná-lo ao público leitor e suas pertinências, à tradição que já se vinha formando e ao nascedouro que lhe proporcionou o surgimento.

As oscilações de percepção do discurso literário nos últimos cinquenta anos, no Brasil, e nesta constatação descarto qualquer noção de imobilismo ou modo radical de separar a linguagem literária das linguagens afins, têm sido observadas nas variações de gênero, na diversidade de suportes de produção e de leitura, bem como de público.

As “fronteiras do literário” (Jobim 1992: 129) são cada vez mais móveis e esta mobilidade, percebida pelos semiólogos, auxilia o entendimento do literário como constantemente sujeito a rever-se, tanto na operação metalinguística realizada dentro do âmbito poético/ficcional, quanto naquela de responsabilidade da Crítica de Literatura, como objeto estético exposto a convenções, a um conjunto de protocolos de reconhecimento, de valoração, sob ideologias interagentes, considerando o objeto linguístico e estético que ainda chamamos de Literatura, em que pese sua constante mudança, como um bem cultural, ao qual se associam e atingem as forças da sociedade.

Apresentar o texto literário como um produto artístico e cultural, imerso na contingência humana e histórica, pressiona o professor-crítico a considerá-lo como uma peça de um conjunto de elementos dentre outros considerados bens da cultura. Ao traçar-se um mapeamento, através de cortes, por exemplo, entre o antes e o depois de um determinado tempo dentro das lutas por uma autonomia da Literatura Brasileira, faz-se necessária uma etapa descritiva, a qual, a título de demonstração, seria

uma espécie de grande quadro para ser mostrada, no seu surgimento, entrelaçada como um acontecimento a outros acontecimentos, mostrada na situação de “evento”, como no dizer de Alfredo Bosi:

Entende-se por evento todo acontecer vivido da existência que motiva as operações textuais, nelas penetrando como temporalidade e subjetividade. O evento, aquilo que me sobrevém, a mim e em mim, constitui-se como uma experiência significativa do sujeito, vivência aberta e múltipla e que a forma só aparentemente encerra nos seus signos e símbolos. (...) A forma estaria para o evento assim como o nome-identidade de um homem está para a existência, plural e fluida, sua vida pessoal. (1988: 275-278)

As marcações pertinentes aos eventos especialmente destacados entre limites temporais são expressas dentro de ideologias, de tendências artísticas, dentro das escolhas dos autores, na porosidade do tecido cultural, no qual tais eventos se tornam inscrições nos movimentos da História.

Limitados por convenções de várias procedências, os eventos literários surgem na precariedade de uma pseudoautonomia. Inteiramente dependentes de outros que lhes são afins, ou nem tanto, recebem designações, reconhecimento, confirmação de obra literária através dos canais legitimadores que lhe referendam o gênero, as filiações, as pertinências, os parentescos. Deste modo, reconhecidos como fatos literários, alcançam a condição de obra e começa a luta entre muitas forças e coerções.

Estas forças e coerções, algumas vezes programadas, outras não, é que chamamos de períodos artísticos e/ou literários. Naturalmente que compreendidos entre balizas cronológicas e estéticas, os períodos literários, quando examinados de certa distância, a única que possibilita ao historiador e crítico observar sua dinâmica, perdem o caráter algo estático e compartimentado dos manuais.

A compreensão de Afrânio Coutinho para a questão da historiografia literária e incluindo-se sua opção metodológica pela problematização dos Períodos, ou seja, o *New Criticism*, atinge um ponto alto, ao apresentá-la como “um *work in progress*”, uma tarefa sempre em andamento, cabendo a cada geração refazê-la e completá-la”. (Coutinho 1968: xiii).

O segundo passo para a diferença metodológica foi “oferecer um corpo de informações e opiniões da atual geração de estudiosos e críticos sobre o passado literário brasileiro. Tentou tirar uma média do pensamento crítico, nesta altura do século, pela pena de alguns de seus representantes mais destacados, acerca da produção literária brasileira” (Coutinho 1968: xiii). Isto é, valorizou os estudos da formação do cânone e da tradição.

O objetivo apresentado de forma clara para *A Literatura no Brasil*, com projeto em parceria que quebrasse as obras individuais, mesmo a de Silvio Romero, compreende vários volumes. Com tal propósito, expõe os grandes períodos, a fim de que, como um quadro de vários folhos, da produção literária, nas condições em que aconteceu, dentro de um sistema intelectual precário, aparecessem as “dominantes”, sem

nenhum caráter exclusivista. Os escritores e obras representativos aparecem como expectativas, em diálogo dos que mais se projetaram dentro de seu contexto, em relação aos que surgiam e aos epígonos.

Esta perspectiva descarta por completo o estudo dos Períodos de forma excludente. Os escritores e as obras são apreendidos nos movimentos de um sistema complexo de comunicação.

Afrânio Coutinho justifica a sistemática inovadora que, décadas depois, ganharia tantos adeptos — a da obra coletiva, em lugar dos trabalhos individuais:

Na execução da obra, foi aplicada uma ideia nova no Brasil: o trabalho em equipe, uma vez que não se pode mais admitir a história literária senão como tarefa coletiva, dada a imensidade do campo, impossível de ser abarcado por um só homem. Tratando-se de obra de cooperação, havia dificuldades de ordem pessoal a vencer, no interesse de dar harmonia e unidade ao conjunto. Por isso, procurou-se fugir ao extremismo metodológico, adotando-se antes um critério levemente conciliante. (...) Tentou-se tanto quanto possível fazer obra de conciliação entre a história e a crítica. (1968: xxi)

A dupla “conciliação” destacada acima deve-se à exigência metodológica na condução dos trabalhos “encomendados” a estudiosos de diferentes orientações, como pode-se ver nos nomes dos colaboradores dos volumes de *A Literatura no Brasil*, como Antonio Candido, Wilson Martins, Luis Costa Lima, entre outros.

Como está enfatizado, tanto no “Prefácio da Segunda Edição”, quanto na “Introdução Geral”, a apresentação dos Períodos não sofre a coerção cronológica que os caracterizou, numa compreensão positivista. Sem abrir mão das datas não apenas norteadoras, a ênfase na leitura estilística precisa de concentração crítica e de uma consciência filosófica da história fora de linearidades restritivas.

A visão geral dos Períodos mostra-se permeada dos fatos da História em sentido o mais abrangente: “Que sentido tem asseverar que um período literário começou em tal data, quando sabemos que não há começos nem fins abruptos em Literatura, nem na história, nem na vida?” (Coutinho 1968: xix). A noção descritiva de autores e obras sob rótulo definitivo, como se estivessem organizados em seções de arquivo já não se justifica, uma vez que a prevalência está situada na leitura estilística das variações da obra dos autores em destaque, ao longo de sua trajetória de criação e sempre em relação com os que os antecederam e os sucederam. A perspectiva estilística abre cadeias de interação entre os autores e as obras, redefinindo, inclusive, categorias como tradição, influência e renovação.

A presença de Antonio Candido, com *O Escritor e o público* (1968, 1ª parte:98- 109), reforça a percepção do texto literário como uma produção estético-cultural imersa na vida social, interagindo no metassistema da comunidade, dentro da qual o fenômeno literário acontece e seus protocolos de produção e de recepção são reconhecidos como bens simbólicos.

Por este ângulo, o “público”, heterogêneo como acontece na formação plurifacetada da categoria “leitores”, tanto decodificadores da letra do texto, quanto os que leem pelo ouvido, participa do “metabolismo” do sistema literário, dentro de uma consciência receptiva complexa, anos antes da divulgação das Teses da Estética da Recepção, por Hans Robert Jauss, em 1967, na Universidade de Constança, com adeptos fiéis e com críticos severos.

Ao enfatizar a escolha estética como o direcionamento metodológico para *A Literatura no Brasil*, fazendo dos receptores leitores-intérpretes atentos à forma, agindo nas estruturas da obra literária, para aí participar das internalizações do fato histórico, como um processo de troca entre linguagens, Afrânio Coutinho participa dos inícios de um projeto chamado leitor ideal.

Não teria Afrânio Coutinho recebido as mesmas críticas que foram dirigidas a Jauss? Não teria também Antonio Candido participado dos “fatos internalizados” na trama estrutural da obra literária, como uma maneira de desafiar os leitores para os quais escrevia artigos para jornal, os quais se transformaram em modelos, no melhor sentido da palavra, para uma crítica de Literatura, como ele a defendeu ao escrever sobre o “método crítico de Sérgio Milliet”?

As descrições têm muito mais, dentro das discussões dos começos da Literatura Brasileira, um caráter de organização para perguntas que se instalam na prática docente, do tipo “em algum momento do século XVI, XVII e meados do XVIII, foi possível deslindar, dos fios que ligam Portugal e alguns lugares do que seria o Brasil, manifestações literárias autônomas, isto é, pertencentes e representantes de um “sentimento íntimo de identidade”, ou de um “instinto de nacionalidade” (1873), na feliz expressão de Machado de Assis (1986: 801).

A consciência de que os fios, embora raros, teciam uma trama de diferentes cores e proveniências, evitaria especulações como as que dão nossas origens como de exclusividade portuguesa, quando a exigência seria a de estendermos as buscas para terras da França, da Alemanha, da Espanha, por exemplo.

Os leitores, estudantes dos processos de conquista política de independência que se espalharam pela Europa e pelas Américas no pós-1789, não encontrariam tanta dificuldade para reconstruir os horizontes de expectativa, tanto de obras, para nos referirmos ao questionamento de Yves Chevrel, referido por Sandra Nitrini (2010) em discussão sobre tipos de influência como categorias do Comparatismo contemporâneo, quanto de leitores (se os houvesse!), para utilizarmos a proposta básica de Hans Robert Jauss. Tais horizontes, uma vez traçados como expectativas para a configuração de um sistema de comunicação literária, lançariam, quase que naturalmente, as especulações necessárias a tal empreitada.

Como um espaço de trocas, entre idas e vindas, entre portos de Portugal e do Brasil, livros eram publicados lá e entravam aqui, muitas vezes, sob rígida censura, Literaturas em trânsito sobre o Atlântico construía as origens do sistema literário brasileiro.

As “noções de término e origem”, segundo José Luis Jobim (1992: 141), ligam-se às preocupações demarcatórias de uma periodização cronológica, omitindo-se de discutir mais as extensões e finalizações, e enfatizando os limites de origens cada vez mais problemáticas. Os recortes na cronologia alteram os marcos arriscadamente lançados de modo internacional, sem corresponderem à verdade dos movimentos entre inovação e tradição.

Para Afrânio Coutinho, há mais interesse da parte do pesquisador em trabalhar a malha das relações interliterárias, do que fincar marcos inconsistentes na dinâmica dos períodos artísticos, vislumbrados estilisticamente. Os rótulos utilizados como designações periodológicas só podem referir a própria flutuação das tendências artísticas, elas próprias em mutação, atendendo às redes de relação que alteram escopos desenhados de forma isolada:

Os períodos não devem ser meros nomes ou etiquetas arbitrárias, nem seções de tempo puramente mecânicas ou didáticas, sem ligação com o conteúdo ou a realidade interna das épocas e as forças imanentes que as geraram e dirigiram. (...) A periodização estilística aceita a cronologia como marco secundário de referência histórica, pois a periodização estilística não foge da história. Situa-se nela. O que se repele é que a divisão periódica seja baseada apenas em datas arbitrárias ou nas dos feitos políticos. (Coutinho 1968: xix)

Os esclarecimentos acima desfazem, na metodologia de Afrânio Coutinho, noções de causalidade e determinismo, desatrelando a História da Literatura dos acontecimentos políticos que marcam as etapas das lutas por conquistas de autonomia e processo civilizacional.

As discussões sobre identidade nacional e literatura brasileira tomam maior vulto com o movimento modernista das décadas de 20 a 30, trazendo para o debate nomes que haviam concentrado esforços nessa temática, como José Veríssimo, Araripe Júnior, ambos muito importantes para uma compreensão de que a tradição que nos servia de nascedouro continha também a problematização de dicotomias hoje trabalhadas com mais leveza: o longo movimento das manifestações literárias e a síndrome da obnubilação brasílica, o primeiro e a segunda retomados na década de 1960, através de obras como *A Tradição Afortunada* (1968) e *A Polêmica Alencar Nabuco* (1965), de Afrânio Coutinho.

A esse respeito, temos a visão antecipatória de discussões como a que foi promovida através de ensaios de Silviano Santiago, em *Uma Literatura nos Trópicos* (1973). A visão de Afrânio Coutinho recai sobre a natureza polêmica da questão, através da categoria que promove uma verdadeira lavoura nos debates desenvolvidos nos dois últimos séculos a respeito do lugar/espço do escritor brasileiro e de sua criação literária:

a libertação da situação de dependência vem constituindo um processo contínuo e coerente, muito embora numa luta cruenta e incruenta através da história, em obediência a uma ideia-força, que se tornou um impulso de causalidade interna, de vigor variável, mas eficiente e vigoroso a longo prazo.

Essa ideia-força foi a busca pertinaz da identidade nacional, da criação do caráter nacional, traduzível em todas as formas da atividade – social, política, espiritual, artística, linguística. Era uma forma de afirmação nacional. (...) Toda a sorte de medidas foram inventadas – violentas ou sub-reptícias – para coibir os impulsos de autonomia. (Coutinho 1983: 11)

Na “Introdução” para os ensaios agrupados em “Temas de Literatura”, “Temas de Educação”, “Temas de História”, a ideia-força dá título ao livro e cobre as discussões em torno da autonomia/dependência da Literatura brasileira: “o processo da descolonização literária”, escrito em 1981, integrado a uma nova visada para as questões que animaram a insurgente crítica das origens.

Os inícios dos anos 80 eram marcados pelas inovações metodológicas no Comparatismo, deslocando o foco das pesquisas mais formalistas, concentradas na análise e interpretação do texto, ou orientadas por uma visão sociológica da leitura, para os Estudos Culturais, motivo de dissenções e disputas no âmbito acadêmico.

As reflexões de Afrânio Coutinho referentes ao sentimento de disputa bélica entre civilizados e bárbaros, ou seja, de que o processo civilizatório na América do Sul se justificava como uma forma de tirar os povos do atraso cultural, mas, ao mesmo tempo, de acirrar a dependência artístico-literária, tais reflexões encontraram ressonância nos estudos de Tania Carvalhal, no quinto capítulo de seu *Literatura Comparada* (1984), de Maria Eneida de Souza, com “O não-lugar da Literatura”, para tratar da memória livresca dos escritores voltada para as Metrôpoles europeias; com *Nas malhas da Letra*, de Silvano Santiago, renovando o discurso crítico na Academia, bem como em outros trabalhos dos críticos citados que fazem historiografia literária noutra formato, muito diferente das obras hegemônicas de alcance totalizador, como acontecera até inícios dos anos 60 e 70, já referidas nestas considerações.

O olhar que se volta para a importância de discussões “culturalistas” não relega o valor da crítica estética; apoia-se em ambos os ângulos da questão da origem e da tradição para que a contribuição dos antigos críticos e historiadores, retomada por outra/nova ideia-força, ou seja, pela reenergização das querelas criativas, deem-se durante as aulas, as palestras, as conferências ou mesas-redondas de Congressos, apuradas nos livros, após longas e compartilhadas pesquisas que agora ganham o formato de dissertações e teses de mestrado e doutorado em Letras, possam trazer para os debates do dia-a-dia; são posturas que juntam às reflexões contemporâneas o olhar revisitado de obras que abriram os debates historicistas e estilístico-estéticos.

Na linguagem crítico-historiográfica de Silvano Santiago, na linha investigativa de duplo calibre em Afrânio Coutinho, o entre-lugar do discurso latino-americano reinscreve a mudança de perspectiva de quem contempla de forma dubitativa os fatos estabelecidos (como se pudessem sê-lo de uma vez por todas), o encontro do gos-

to das disputas e guerras ao olhar avaliador, segundo a contribuição de Montaigne (1533–1592) que Silviano Santiago chama para a discussão, utilizando-se de um texto do século XVI, mas que sintetiza bem o espanto de quem conclui que o bárbaro/selvagem não era tão bruto quanto o fazem crer os adversários.

“Dos Canibais” (1580), de Montaigne, no capítulo XXXI dos *Ensaio*s, cita a emblemática frase do Rei Pirro, a respeito do exército romano: “Não sei que espécie de bárbaros são estes (...) mas a forma de combate, que os vejo realizar, nada tem de bárbaro” (Montaigne 1991: 98). Nesta fala questiona-se certa desconfiança pela qualidade do que vem de fora, isto é, do que não vinha da Grécia. Por este parâmetro, de que “cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra” (Montaigne 1991: 99), mediram-se as produções de quase três séculos de um possível sistema literário, de início, “galho da Literatura portuguesa”, e, posteriormente, a afirmação de um sistema consolidando-se em seus propósitos de autonomia, sem negar a natureza e a qualidade de suas raízes.

Da “Poesia Americana”, designação oitocentista para a produção literária brasileira, ao conceito aberto de literatura contemporânea, com traços múltiplos, sem nenhuma vontade traçar um feitiço exclusivo ou feição estereotipada, o discurso literário no Brasil dos séculos XX e XXI aproveita tanto das vitórias contra o instinto xenofóbico, com o processo de assimilação modernista, como fabrica instrumentos para problematizar e ficcionalizar os traços miscigenados de sua cultura.

Os “caminhos do pensamento crítico”, para utilizar, de forma homônima, a obra de Afrânio Coutinho, de 1974, enfrentariam, dos anos 80 do século XX, em diante, outros norteamentos teórico-metodológicos devidos a fatores de vária ordem: o abandono ufanista do sentimento nativista, que, se por um lado, foi útil e bom para fortalecer os nexos e os laços com a experiência de descoberta da terra e do homem em várias etnias nela existentes, por outro apurou a demora com a formação de uma consciência de desligação das origens.

Para Afrânio Coutinho, o cultivo do sentimentalismo retarda a vontade de reação: “O processo de descolonização continua. E deve prosseguir porque a tática mais recente da reação é o sentimentalismo em relação às chamadas mães-pátrias, que procuram manter os laços colonizadores até pelo domínio linguístico” (Coutinho 1983: 12).

O choque das mentalidades, a partir do qual se discutem e disputam tradição e origem, como aconteceu, por exemplo, na “querela Alencar-Nabuco”, aclarou a consciência defendida por Afrânio Coutinho e bem caracterizada na imagem do “torcicolo cultural” ou na noção “de que ainda não voltamos da Europa” (Coutinho 1983: 13); essa imagem do descompasso pode ser percebida com maior vigor em seu texto:

No estágio a que atingiram os povos do Novo Mundo, o processo de descolonização é uma força que não pode ser minimizada nem posta de lado. É mister que continue em obras e ideias, em conceitos críticos e realizações práticas. (...) é natural que preocupe a nossa reflexão crítica saber o que é e

quando se iniciou a nossa literatura, como se desenvolveu o nosso processo de autonomia, como a realidade local foi sendo incorporada à criação literária, tornando-se Literatura”. (Coutinho 1983: 14)

No plano destas reflexões, destacam-se algumas das contribuições do pensamento crítico e historiográfico de Afrânio Coutinho e nelas não pretendi reforçar nenhum clichê a respeito de seu nome e de seu trabalho, pois o primeiro não precisa de homenagens para estar justificado e quanto ao segundo, os pesquisadores têm à sua disposição numerosos ensaios em que a defesa do estético alia-se a uma filosofia da história literária para o discernimento de categorias básicas como período estilístico, apresentação descritiva do mapeamento de produção, divulgação e circulação de obras literárias interligadas por fatores intrínsecos e extrínsecos ao antes e depois de grandes tendências artísticas, de ideologias, de tradição, de origem e de recepção, configurando um método no sentido que lhe atribui Edgar Morin.

Método, como um caminho fazendo-se no caminhar, constituía-se para Afrânio Coutinho, demonstrado em suas preocupações teóricas e didáticas, como o esclarecimento e o norteamento de atividades de cunho docente. Para os seus leitores, o método de Afrânio Coutinho surpreende ao trabalhar de forma tão obstinada a diferença do discurso literário, suas peculiaridades na formação de períodos em que se consolidam determinadas preferências ou tendências estilísticas, e não descarta de interesse na presença de discussões como as que começaram no século XIX e se renovaram no século XX, a partir dos anos 80 como Estudos Culturais.

Não podemos negar aos jovens estudantes a funcionalidade político-ideológica da produção literária no Brasil, como aconteceu em meados do século XIX e até mesmo com duração até os nossos dias, o que motivou disputas entre os que defendem fruição artística e os que defendem uma literatura engajada, no sentido de participativa e militante. No âmbito do engajamento sociopolítico, temos uma tradição de escritores-críticos-jornalistas, caracterizados de bacharéis em direito que utilizaram um discurso literário muito marcado com as ideologias dominantes, sobretudo nos primeiros tempos como a geração de 1870. Conhecido por “estilo tropical” e o termo é devido a Araripe Júnior, o discurso vigoroso e interessado nos problemas das diferentes culturas brasileiras, abria caminho para uma vertente que se pode denominar de culturalista, ou preocupada com o que caracterizava os choques entre o nacional e os sinais das várias colonizações no Brasil.

A esta consciência filiaram-se muitos dos importantes intelectuais brasileiros. Esta consciência, fortalecida pelos propósitos das discussões conhecidas como desconstrutivistas, articulou-se às ideias que ganhavam os âmbitos acadêmicos, agora refiguradas pela designação *Cultural studies*, oriunda de instituições universitárias inglesas e norte-americanas, desde os anos 1940, ideias que ganharam corpo em alguns setores de pesquisa no Brasil, na década de 1980.

Sob outras soluções e perspectivas, Afrânio Coutinho, Antonio Candido, Nelson Werneck Sodré, Sérgio Buarque de Hollanda e diversos intelectuais reescreveram e aprofundaram a visão culturalista e estilística dos nossos primeiros historiadores de

Literatura, colocando em evidência problemas, questões, situações ficcionalizados por poetas e escritores, atentos às várias dimensões da sociedade brasileira.

Não trato o método de Afrânio Coutinho como uma solução para as dificuldades no ensino de Literatura hoje, embora ele recupere a máxima horaciana – deleitar e instruir – , mas como veias abertas para a expansão e a intensidade com que o fato literário e a literatura brasileira podem ser apresentados, ensinados e cultivados como uma conquista da Língua Portuguesa para os brasileiros. A integração do estético com a cultura em seus diferentes matizes proporciona uma visão de corpo inteiro para o cultivo da arte literária em suas mais diferentes manifestações e suportes. O método de Afrânio Coutinho aponta ferramentas teórico-crítico-historiográficas que enlaçam as misteriosas opções de linguagem e estilo dos escritores e poetas aos diferentes matizes e cores das culturas brasileiras.

Precisamos manter como parâmetros e baliza que a historiografia literária não congela ou paralisa os movimentos literários, pelo contrário, a historiografia literária continua um desafio e uma provocação, como no espírito do livro-tese de Jauss – *A História da Literatura como provocação à Teoria Literária* – que chamam os estudos literários para uma necessária revisão de princípios, de objetos, de método.

Métodos, objeto e princípios são examinados por Alfredo Bosi em “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão na história literária” (2000), através de uma lúcida e corajosa revisão crítica, tendo como fundamento a construção de novos alicerces para uma historiografia literária atenta aos produtos simbólicos, com articulações “existenciais e culturais mais amplas”. Para tal objetivo, três etapas do pensamento crítico são postas em perspectiva: aquela oriunda das décadas finais do século XIX, com Silvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo, a segunda, também vinculada ao modernismo extensivo aos anos de 1940, com Mário de Andrade e Tristão de Athayde, até as contribuições das décadas de 1950 a 1970, pondo no centro das discussões Antonio Candido e Otto Maria Carpeaux, com estudos de cunho tanto estilístico quanto histórico-ideológico, como pressupostos de inserção e compreensão da produção literária no Brasil, através de discurso crítico-historiográfico.

A história da Literatura renova-se, ao relermos os textos de Afrânio Coutinho sempre em relação a um “*work in progress*”, na confluência de outras obras historiográficas. Juntas elas reforçam a natureza heurística que as caracteriza desde que os intelectuais começaram a pensar “os caminhos do pensamento crítico”, como aqueles que abririam as necessárias vertentes de reflexão indispensáveis para a formação do jovem pesquisador. Fruir a obra literária, para melhor estudá-la: este parece ter sido (e o é ainda hoje) o lema de Afrânio Coutinho, colocar-se como um caminhante entre os caminhos do pensamento, aqueles que fazem do leitor um hermeneuta, como o queriam Jauss, Antonio Candido, e tantos outros críticos historiadores.

OBRAS CITADAS

ASSIS, Machado de. 1986. “Instinto de nacionalidade”. *Crítica Literária*. Vol. 3 de *Obra Completa*. 3 vols. Rio de Janeiro: Aguilar.

BOSI, Alfredo. 1988. *Céu, Inferno. Ensaios de Crítica Literária e Ideológica*. São Paulo: Ática.

———. 1983. *O Processo da descolonização literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

———. 2000. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão na história literária”. *Teresa: Revista de Literatura Brasileira* 1: 9-47.

CAMPAGNON, Antoine. 2009. *Literatura, para quê?* Belo Horizonte: EdUFMG.

CANDIDO, Antonio. 1968. “O escritor e o Público”. Afrânio Coutinho, org. *Introduções*. Vol. 1 de *A Literatura no Brasil*. 6 vols. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sul Americana.

———. s.d. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos decisivos*. São Paulo: Martins.

CARVALHAL, Tania. 1984. *Literatura Comparada*. São Paulo: Ática.

COUTINHO, Afrânio. 1968. *A Literatura no Brasil. Introduções*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sul Americana.

———. 1983. *O processo da descolonização literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JAUSS, Hans Robert. 1994. *A História da Literatura como provocação à Teoria da Literatura*. São Paulo: Ática.

JOBIM, José Luis. 1992. *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago.

MONTAIGNE. 1991. *Ensaaios*. São Paulo: Abril Cultural.

NITRINI, Sandra. 2010. *Literatura Comparada. História, Teoria e Crítica*. São Paulo: Ed. USP.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. 1982. “Escolher e/é julgar”. *Colóquio Letras* 65: .

———. 1984. “História literária e Julgamento de Valor”. *Colóquio Letras* 77.

———. 1987. “História literária e Julgamento de Valor II”. *Colóquio Letras* 100.

SANTIAGO, Silviano. 1989. *Nas malhas da Letra*. São Paulo: Companhia das Letras.

———. 1973. *Uma Literatura nos Trópicos*. São Paulo: Perspectiva.

SOUZA, Maria Eneida de. 1999. “O não-lugar da Literatura.” Ana Luiza Andrade, org. *Leituras do Ciclo*. Florianópolis: Grifos.

TODOROV, Tzvetan. 2007. *La Littérature en péril*. Paris: Flammarion.

ZILBERMAN, Regina. 2009. *Estética da Recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática.

AFRÂNIO COUTINHO: A WORK IN PROGRESS

ABSTRACT: This work intends to highlight some of the great contributions to the History and Criticism of Literature, given by Afrânio Coutinho (1911 – 2000), which concerns with the epistemological and methodological construction of *A Literatura no Brasil* (1959), work initiated in 1952, which helped to spread an esthetical view to describe, analyze and interpret the literary phenomenon. In the space of origin and tradition, Afrânio Coutinho encouraged the discussion concerned with an identity for Brazilian literature, called the “process of literary discolonization”.

KEYWORDS: periodology; criticism; literary historiography; style.

Recebido em 30 de setembro de 2011; aprovado em 30 de dezembro de 2011.